

Quando fui segurança do papa Francisco



» LEANDRO MIRANDA ERNESTO
Agente de Polícia Federal e professor do curso de direito da Universidade Católica de Brasília (UCB)

Como policial federal com 20 anos de serviço, já participei de inúmeras operações de segurança de alto nível, desde a proteção de autoridades — entre as quais, os ex-presidentes dos Estados Unidos Barack Obama e da Rússia Dmitri Medvedev e o rei Filipe VI, da Espanha — até grandes eventos internacionais. Mas nenhuma experiência foi tão transformadora quanto a missão de proteger o papa Francisco durante a Jornada Mundial da Juventude (JM) de 2013, no Rio de Janeiro. O que começou como mais uma atribuição profissional tornou-se uma profunda lição sobre humanidade, compaixão, serviço e liderança autêntica. Foi um dos maiores desafios logísticos e de segurança já enfrentados pela Polícia Federal brasileira. Meses antes do evento, começamos um minucioso trabalho de planejamento que envolvia desde análise de rotas até a preparação para possíveis ameaças terroristas. Criamos um esquema de segurança comparável ao usado em cúpulas do G20 ou visitas presidenciais. Afinal, estávamos protegendo não apenas um líder religioso, mas o chefe de Estado do Vaticano. Não podíamos prever que o nosso maior desafio não viria de ameaças externas, mas justamente da simplicidade radical do homem que estávamos designados a proteger. Enquanto preparamos helicópteros, carros blindados e barreiras de segurança, o papa Francisco preparava-se para quebrar todos os protocolos. O primeiro choque ocorreu logo no

desembarque. O plano original previa seu transporte imediato da Base Aérea do Galeão ao Palácio Guanabara de helicóptero — o método mais seguro para evitar riscos. Para nossa perplexidade, ele recusou categoricamente. "Quero ver o povo", disse com um sorriso tranquilo. Oferecemos então um Mercedes-Benz blindado da frota presidencial. Nova recusa. Apresentamos outras opções de veículos de luxo com proteção balística. Nada. Optou por um simples Fiat Idea, sem qualquer blindagem, insistindo ainda em manter os vidros totalmente abertos durante todo o trajeto. Enquanto a nossa equipe monitorava cada movimento da multidão, ele acenava e sorria como se estivesse numa tranquila visita pastoral.

Quando transferimos o papa para o papamóvel, esperávamos que, ao menos ali, ele aceitasse algum nível de proteção. Escolheu o veículo mais simples, sem blindagem, completamente exposto. Durante todo o percurso, a nossa equipe de segurança trabalhava em estado de alerta máximo, enquanto ele parecia completamente à vontade.

O ápice da tensão ocorreu quando decidiu visitar a comunidade de Varginha, em Manguinhos. Como profissionais de segurança, sabíamos que aquela era uma das situações de maior vulnerabilidade. Ruas estreitas, vielas labirínticas, multidão incontida — um cenário que contrariava todos os protocolos de proteção a autoridades.

Calculávamos riscos e rotas de fuga. Ele simplesmente se deixou levar pela compaixão. Abraçou moradores, visitou uma casa humilde, conversou com crianças. Sua segurança pessoal parecia ser sua última preocupação. Naquele momento, entendi que estávamos protegendo não um líder distante, mas um homem que vivia o que pregava.

Nos momentos de folga, na residência da Arquidiocese, tive o privilégio de observar

Francisco longe dos holofotes. No último dia da visita, ele reservou um tempo precioso para receber cada pessoa que havia trabalhado na organização do evento. Com uma paciência que parecia infinita, o papa Francisco dedicou alguns minutos a cada um de nós. Quando chegou minha vez, surpreendeu-me ao me receber não com a formalidade de um chefe de Estado, mas com a calorosa simpatia de um pai. Conversamos brevemente e, ao final, tirou uma foto comigo — um registro que guardo com especial carinho até hoje.

Antes de me despedir, ele colocou em minhas mãos um escapulário do Vaticano, abençoando-o. Aquele pequeno objeto, carregado de significado, tornou-se muito mais que uma lembrança. Transformou-se em um símbolo tangível de tudo o que havia aprendido naqueles dias intensos: que a verdadeira grandeza se mede pela capacidade de valorizar cada pessoa, independentemente de sua posição ou função.

No último dia, durante a cerimônia de despedida, ocorreu um episódio inusitado. O ídolo do Vasco Roberto Dinamite tentava presentear o papa com uma camisa autografada por ele, mas era barrado pela segurança. Como vascaíno orgulhoso, vi ali uma oportunidade de conciliar meu dever profissional com minha paixão pelo time. Facilitei discretamente a aproximação, e o sorriso de Dinamite ao cumprir seu objetivo valeu por todos os protocolos quebrados naquela semana. O coração de torcedor bateu mais forte.

Hoje compreendo que aquela missão foi muito mais do que proteger um homem. Aprendi com ele. Francisco nos mostrou que segurança não se mede apenas por blindagens e barreiras, mas pela capacidade de construir pontes. Que liderança verdadeira não precisa de pompas, mas de autenticidade. É que, no final, o que realmente protege é o amor genuíno pelas pessoas.

Da crise à autonomia: por que a soberania alimentar é ainda mais urgente agora!



» JOSÉ GRAZIANO DA SILVA
Diretor-geral do Instituto Fome Zero

» JULIO BERDEGUÉ
Ministro da Agricultura do México

Nas últimas décadas, o mundo assistiu ao esgotamento do modelo global de segurança alimentar. Hoje, esse modelo ruge diante das sucessivas crises sanitárias, climáticas, geopolíticas e econômicas. E mais ainda agora com um aumento de tarifas alfandegárias que enterram a ideologia do livre-comércio. O conceito de soberania alimentar ganha força como resposta política, prática e ética como alternativa ao de segurança alimentar. Mais do que uma alternativa, ela se impõe como um imperativo para os países que desejam garantir o direito à alimentação.

A segurança alimentar, formulada após a Segunda Guerra Mundial, visava garantir a disponibilidade de alimentos, priorizando o aumento da produção agrícola e a redução da dependência externa. A Revolução Verde multiplicou a produtividade dos cultivos básicos, como arroz, trigo e milho.

Contudo, a crise de produção dos anos 1970 levou à primeira grande revisão: não basta produzir, é preciso assegurar o acesso equitativo aos alimentos. Foram incorporados a qualidade nutricional, a sustentabilidade ambiental e o respeito às culturas alimentares. Em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação, foi consagrado como um direito o acesso físico e econômico, regular e permanente a alimentos seguros, nutritivos e culturalmente apropriados.

Mesmo com esse avanço, o modelo dominante seguiu ancorado na premissa de que os mercados globais seriam suficientes para garantir o abastecimento alimentar de todos. Essa suposição está em xeque.

A pandemia de covid-19, as restrições comerciais, a guerra na Ucrânia e a inflação dos preços dos alimentos e insumos entre 2019 e 2023 escancararam as vulnerabilidades. A busca por cadeias de suprimento mais curtas e por maior autonomia alimentar é urgente.

A soberania alimentar se afirma como uma resposta política concreta. Ela reivindica o direito dos povos de definir suas políticas agrícolas e alimentares. Ela propõe fortalecer a produção local e também se opõe à crescente concentração de poder das multinacionais. É um chamado ao interesse coletivo.

Na América Latina, o debate é crescente. A região é um dos maiores polos de produção e exportação agrícola. Em 2021, registrou um superávit comercial de US\$ 138 bilhões em alimentos. O Brasil respondeu sozinho por US\$ 76 bilhões. Essa inserção global veio acompanhada de uma crescente dependência de importações para o consumo interno, além da marginalização de milhões de pequenos produtores e do aumento da insegurança alimentar dos segmentos mais pobres.

Hoje, a abundância exportadora convive com a fome e a exclusão. A segurança alimentar precisa dialogar com essa realidade. Não se trata de rejeitar o comércio internacional, mas de garantir que a prioridade das políticas públicas seja a de abastecer adequadamente as populações nacionais.

Soberania alimentar significa dotar os países das capacidades necessárias para garantir o direito à alimentação em qualquer circunstância, produzindo alimentos nutritivos com sistemas resilientes ao clima, promover o conhecimento tradicional e o científico, assegurar infraestrutura de transporte, armazenagem e distribuição, criar marcos legais de políticas públicas universais com orçamentos consistentes, proteger a biodiversidade e os ecossistemas, valorizar os trabalhadores rurais. Significa que nossos países assumam com responsabilidade o dever de alimentar com qualidade, respeito e dignidade.

Em países como Brasil, políticas intersetoriais promovem a soberania alimentar. No México, desde 2018, os governos da Quarta Transformação redirecionaram o orçamento agrícola para beneficiar os pequenos produtores, os povos indígenas e os agricultores familiares. A presidente Claudia Sheinbaum lançou o Cosechando Soberanía, que articula crédito, assistência técnica e apoio à comercialização com enfoque agroecológico.

No Brasil, o Programa Fome Zero demonstrou que é possível aliar políticas de acesso à alimentação com o estímulo à produção local. Saímos do Mapa da Fome da FAO em 2014. No entanto, os retrocessos dos governos anteriores a 2023 desmontaram políticas, agravando a fome. A reconstrução dessas políticas sob o governo de Lula representa uma reafirmação do papel do Estado na garantia do direito à alimentação.

Diante ao colapso do modelo neoliberal globalizado, os países que não se prepararam para garantir sua soberania alimentar estarão condenados à submissão. Não começamos do zero. A América Latina tem história e potencial para liderar essa transição. Fortalecer a soberania alimentar é uma necessidade urgente e uma escolha política inadiável.



O direito à defesa



» ALBERTO ZACHARIAS TORON
Advogado, mestre e doutor pela USP, especialista em direito constitucional pela Universidade de Salamanca

Os atos ocorridos no dia 8 de Janeiro de 2023 e mais o que a competente investigação da Polícia Federal (PF) trouxe à tona não deixam dúvidas: estávamos diante de uma tentativa de golpe. Não foram apenas vidraças quebradas, plenários destruídos ou uma escultura manchada por uma frase escrita com um batom. Um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) foi vigiado com o objetivo de ser assassinado. Havia prisões de autoridades no roteiro criminoso.

Portanto, não se pode dizer que estávamos diante de baderneiros desorganizados que romperam num "domingo no parque", ainda que um ou outro estivesse ali sem saber exatamente do que se tratava. A denúncia oferecida pelo procurador-geral da República mostra com riqueza de detalhes o plano urdido. Não deu certo, para a felicidade da cidadania e da democracia. As instituições prevaleceram, pessoas foram presas, processadas e condenadas; outras estão no caminho.

Apesar disso, é preciso ter clareza de que processos penais, sobretudo quando estão

imbricadas questões políticas, não pacificam a sociedade, apenas afirmam a supremacia do Estado. A polarização segue, mas obrigatoriamente contida nos limites do que a lei permite. O contrário disso é o desgoverno e o caos; a selvageria. E aqui se vê a importância dos processos instaurados e das prisões dos golpistas. A imposição da lei e da ordem, dizia o sociólogo Ralph Dahrendorf, em *A lei e a ordem*, se confunde com a própria democracia e é uma das grandes aquisições da história da humanidade.

Embora correta a premissa, os processos criminais instaurados e as condenações impostas não podem violar direitos e garantias individuais. A velha ideia de Luhmann, da "legitimação pelo procedimento", projeta sua importância não apenas no âmbito dos processos, mas alcança a própria instituição envolvida na persecução penal. Dito de outra forma, se a competência do STF é questionada, se os advogados reclamam da dificuldade e até da falta de acesso aos elementos informativos colhidos pela PF, de não terem podido fazer sustentação oral diante dos juízes e, depois, porque as penas se revelam draconianas, desproporcionais, tudo isso, sinistramente, abre espaço para a mobilização pela anistia. Pior ainda agora, quando se noticiou que o relator do processo não pretende intimar as testemunhas de defesa para prestar depoimento, conforme mostrou a reportagem Moraes abre lacuna a acusados de golpe de Estado ao não intimar testemunhas

de defesa, publicada na *Folha de S. Paulo*.

Advogado não é oficial de Justiça e a testemunha arrolada a tempo e modo para ser ouvida pode não querer depor. O que fazer? Como compeli-la? Dane-se a defesa? Isso não é justiça!

Não que mitigar injustiças seja o objetivo principal da anistia, mas é preciso entender que a proposta se apoia na tentativa de desfazer atos que se reputam viciados pela incompetência da Corte julgadora, ou até mesmo por penas elevadíssimas.

Ante a impotência de se conter o que se identifica como arbítrio judicial, ganha força a ideia da anistia como contraponto, como uma espécie de equilíbrio na balança. Se é justo ou injusto esse movimento, o que é indiscutível é que, sendo a anistia um ato político, que emana do Poder Legislativo, as forças ali hegemônicas podem levar adiante essa bandeira, que fragiliza o Estado de Direito e pode levar à falta de responsabilização de pessoas por atos gravíssimos contra as instituições.

O certo, porém, é que a renúncia do Estado ao exercício do poder punitivo tanto pode apaziguar os ânimos como gerar condições para novos movimentos golpistas. Há quem diga que a Revolta de Jacareacanga, de 1955, no sul do Pará, anistiada por Juscelino Kubitschek, e o levante de Aragarças, em 1959, Goiás, foram ensaios para o golpe de 1964. Se não queremos a anistia hoje, devemos lutar pelo devido processo legal.